



Índice

- 01** [Governo já tem 93,5% das terras para Reserva](#)
- 02** [Conflitos indígenas são tratados em audiência em Tacuru](#)
- 03** [Índios alagoanos vendem artesanato produzido na aldeia para todo o país](#)
- 04** [Fazendeiro entra com interdito proibitório contra indígenas de Pyelito Kue, MS](#)
- 05** [Indígenas do Rio Juruá terão testes rápidos de HIV e hepatite](#)
- 06** [GEA articula inauguração de escolas nas aldeias durante o "Abril Indígena"](#)
- 07** [Temporal provoca destruição em comunidade indígena no RS](#)
- 08** [Indígena recorre à Justiça pelo direito de disputar vaga em concurso em MS](#)
- 09** [Alepe apoia criação da categoria de professores indígenas no Estado](#)
- 10** [Índios criticam Lei de Cotas](#)
- 11** [Índios pedem concurso para professores indígenas](#)
- 12** [Militar vincula presidente guatemalteco a massacres de indígenas](#)
- 13** [Inkra autoriza elaboração de relatórios antropológicos em comunidades quilombolas](#)
- 14** [Gritos por liberdade ecoam nos quilombos do MA, por Gerson Souza](#)



Governo já tem 93,5% das terras para Reserva

SÍTIO TERRA, 04.04.2013

O Governo do Estado já tem assegurado, até agora, 662 hectares dos 708 pleiteados pela comunidade indígena dos Anacé que, atualmente, ocupa a área da Refinaria Premium II, da Petrobras. Os terrenos, localizados no município de Caucaia, serão usados para o assentamento das duas aldeias indígenas Anacé – Matões e Bolso.

O secretário de Infraestrutura do Estado, Adail Fontenele, diz que o prazo máximo para a assinatura do Termo de Compromisso é 2 de julho deste ano, podendo ocorrer bem antes. O prazo começou a correr no dia 2 deste mês.

No Termo de Compromisso, o Governo do Estado, Petrobras, Funai (Fundação Nacional do Índio) e a própria comunidade Anacé terão suas responsabilidades estabelecidas. Caso o Estado ou a empresa descumpra o que for acertado durante a assinatura, a Funai poderá retirar a anuência para cessão do terreno à Petrobras.

Aldeias

Adail Fontenele descarta totalmente essa possibilidade. “O Termo de Compromisso é para dar prazo e definir as tarefas de cada um. A Seinfra, por exemplo, vai desenvolver uma nova configuração ocupacional das aldeias e ficou marcada nova reunião na 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em Brasília. A nova data é 14 de maio, quando o Estado apresentará essa nova configuração e a situação da compra dos terrenos”, afirma.

O secretário também informa que a Funai e a liderança dos Anacé refizeram as contas e constataram que não serão necessárias as 170 unidades habitacionais pleiteadas, mas apenas 161.

A Fundação Nacional do Índio, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que já foi dada a anuência para a construção da Refinaria, mas a cessão definitiva do terreno está condicionada a assinatura do Termo de Compromisso que trata da aquisição da área de Reserva Indígena, num prazo máximo de 90 dias a contar da realização da reunião na 6ª Câmara, ocorrida na terça-feira (2). Caso isso não ocorra, a Funai poderá solicitar a suspensão da Licença de Instalação.

O procurador geral do Estado (PGE), Fernando Oliveira, que participou da reunião realizada em Brasília, informa que o Estado está bem próximo do acerto com os indígenas, já que faltam poucas áreas para ser negociadas. O gerente de implantação da Refinaria Premium II da Petrobras, Raimundo Lutif, afirma que os entraves são “só detalhes que vão se resolvendo” e que uma obra como a Refinaria não pode ser feita sem um arcabouço de projetos e planejamento. Por isso, de acordo com ele, não há atrasos.



Conflitos indígenas são tratados em audiência em Tacuru

SÍTIO MSNOTÍCIAS, 04.04.2013

Nesta sexta (5), a partir das 15h, acontece em Tacuru uma audiência pública, sediada na Câmara Municipal da cidade. Na oportunidade, serão debatidos a questão indígena, seus impactos e ilegalidades. Previamente, uma carreata será feita para integrar os produtores dos diversos municípios que cercam a cidade, tendo como ponto de partida a região do posto Trevo, no local de encontro entre as rodovias MS-156 e MS-295, seguindo até a Casa de Leis.

Estão confirmados na solenidade representantes das classes ruralista, empresarial e política em todas as esferas, entre eles os deputados Lídio Ledesma, Mara Caseiro, Zé Teixeira e Geraldo Rezende. Os senadores Ruben Figueiró, Waldemir Moka e Delcídio do Amaral também foram convidados ao evento.

Segundo a presidente do Sindicato Rural de Tacuru, Maria Neide Casagrande, "a participação, tanto dos produtores quanto dos cidadãos de Tacuru, é de fundamental importância para conscientizar sobre o tamanho do problema que teremos caso a Funai decida pela demarcação de terras indígenas na região". Ela fala ainda que, após conversar com os índios das aldeias em volta, escutou o seguinte depoimento: "eles não querem mais terra, querem sim assistência para o espaço que já ocupam", pontua.

Para a advogada Luana Ruiz, engajada no assunto indígena em âmbito nacional, "é unânime entre nossos representantes do Senado e da Câmara dos Deputados, assim como entre os advogados que atendem na questão indígena, além dos produtores rurais que assistem aos desmandos da Funai e amargam o sentimento da impotência, a certeza de que o Governo Federal está decidido a atender a agenda indigenista, permitindo e amparando as demarcações sem limites", afirma.

Ela ressalta também a importância da participação dos produtores em uma discussão da magnitude de uma audiência pública: "é preciso mostrarmos uma força na base. Caso contrário, assistiremos o colapso do setor produtivo".

Na última semana, a Funai publicou uma portaria do Diário Oficial da União constituindo grupo técnico para estudar a última fase da suposta terra indígena Dourados-AmambaiPeguá, atingindo sete municípios: Dourados, Fátima do Sul, Amambai, Juti, Vicentina, Naviraí e Laguna Caarapã.

Vários municípios da região do cone-sul de MS, a mais afetada com as demarcações da Funai, estão movimentando-se para combater essas ações exageradas da entidade. O senador do Estado, Ruben Figueiró compartilha da mesma opinião: "As demarcações devem ser um ato da presidente Dilma Roussef, para que o Congresso Nacional autorize. Isso é uma questão de responsabilidade do Estado", pontuou ele.

Manifestação

CONT.



Uma das principais reivindicações dos produtores é de que o Governo está transformando centenas de hectares de áreas produtivas em terras indígenas, o que acaba por prejudicar a economia local. Há alguns meses, autoridades de Iguatemi fizeram um dossiê mostrando o impacto que tais ações estão e ainda podem causar ao município e à região, com o objetivo de sensibilizar a presidenta.

“Todos estamos preocupados com o que está e o que pode acontecer conosco caso não lutemos pelos nossos direitos. As coisas lentamente podem começar a acontecer e quando nos dermos conta, pode ser tarde demais”, alerta o prefeito da cidade.

Histórico

Em 2008, o Ministério Público Federal assinou o Compromisso de Ajustamento de Conduta – CAC, com a Funai, demarcando 36 tekohas em seis bacias (tekohaguassu) no Estado, envolvendo 26 municípios. No dia 8 de janeiro de 2013, a Funai publicou outra portaria no D.O.U. identificando a suposta terra indígena Iguatemipeguá I, com mais de 41 mil hectares. Já em Sidrolândia o caso é mais grave, onde produtores que ganharam na justiça não conseguem a reintegração de suas propriedades.

Confisco Não! - Formado por antropólogos, advogados e produtores rurais, o movimento nasceu para dar força aos produtores de Mato Grosso do Sul e do Brasil em sua luta pelos direitos que lhes são garantidos pela Constituição Federal de 1988, no que concerne à desapropriação indevida e ao não pagamento de indenização de áreas. Através de ações legítimas sempre fundamentadas na legalidade, buscamos soluções pacíficas para resolver a questão dos conflitos indígenas e da demarcação de terras, que acontecem principalmente na região do cone sul do Estado. De maneira nenhuma incitamos quaisquer atos que possam lesar física ou psicologicamente qualquer uma das partes envolvidas, índios ou não índios.



Índios alagoanos vendem artesanato produzido na aldeia para todo o país

SÍTIO G1, 04.04.2013

Uma comunidade indígena produz, às margens do Rio São Francisco, um artesanato que é levado para várias partes do Brasil. Entre colares, brincos, arcos e cachimbos, os índios Karirixocó, no município de Porto Real do Colégio, confeccionam mais de mil peças todos os anos.

Eles passam cerca de um mês fora da aldeia, se dividindo em grupos de 8 a 10 índios. Cada grupo vai para um lugar diferente. Esse ano, o roteiro da viagem inclui as cidades de Maceió, Aracaju, Salvador, Feira de Santana, Rio de Janeiro, São Paulo e a capital federal, Brasília. A tradição se repete sempre no mês de abril. O objetivo é vender todas as mercadorias para ajudar a manter as famílias com o dinheiro arrecadado.

As peças se transformam em verdadeiras obras de arte, tamanha é a riqueza de detalhes e a habilidade utilizada para esculpir e colorir cada uma delas. A matéria-prima vem da natureza.

A Associação dos Jovens Produtores Indígenas Karirixocó, fundada há seis meses, incentiva a produção de artesanato na aldeia. O presidente, Antonio Militão, explica sobre as vantagens da associação. "Nós a formamos para trazer mais recursos, e como é legalizada, temos o apoio de outros órgãos públicos, tanto federal, como estadual e até mesmo municipal".

Os indiozinhos da aldeia, chamados de curumins, mostram que também se interessam pelo assunto. Eles não saem de perto dos mais velhos e os enchem de orgulho.

"É uma alegria imensa de ser índio, tenho muito orgulho. Se tivesse que nascer de novo e pudesse escolher, seria do mesmo jeito", fala o índio Taurã. Eles aprendem a arte com os pais, e passam para os mais novos.

Antes da despedida, os índios dançam o toré. Nesse caso a dança tem um único significado: comemorar a produção de artesanato e desejar uma boa viagem.



Fazendeiro entra com interdito proibitório contra indígenas de Pyelito Kue, MS
SÍTIO TERRA, 04.04.2013

Proprietários de uma fazenda incidente sobre território Guarani Kaiowá entraram com pedido de interdito proibitório contra os indígenas do tekoha - território sagrado - Pyelito Kue, no município de Iguatemi (MS), fronteira com o Paraguai. A área faz parte da Terra Indígena (TI) Iguatemipeguá I.

Aprovado em janeiro deste ano, o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI identificou a área como de ocupação tradicional de famílias Kaiowá dos tekoha Pyelito Kue e Mbarakay. Apesar dos 41,5 ml hectares delimitados no relatório, os indígenas de Pyelito vivem em apenas um hectare, num acampamento às margens do rio Hovy.

"Todos os proprietários rurais no sul do Mato Grosso do Sul tem justo receio de ser molestado na posse de sua propriedade por indígenas Guarani", argumenta a petição inicial do primeiro interdito proibitório, impetrada em 3 de dezembro de 2012 - antes da publicação do Relatório -, em nome do proprietário da terra, José Mendes de Arcoverde, falecido à nove dias.

O pedido liminar se refere à fazenda Santa Rita. O juiz Odilon de Oliveira, da 1a. Vara Federal de Naviraí, convocou uma audiência para ouvir o proprietário, na última quarta-feira, 3. Com o falecimento de José, a filha do proprietário, a agrônoma Lúcia Arcoverde assumiu o pedido de interdito. Durante a audiência, um Kaiowá de Pyelito Kue foi ouvido de última hora pelo juiz. No entanto, por não haver tradutor, não foi possível que ele falasse na língua materna, o que tornou o depoimento confuso e contraditório.

Onde está Wally?

Na inicial, a Santa Rita é identificada como vizinha à antiga fazenda Cambará, onde atualmente vivem os Kaiowá. Lúcia não confirmou a informação sobre a localidade da terra. Durante a audiência, a agrônoma foi questionada por um dos advogados da comunidade indígena sobre a posição exata de sua terra em relação ao acampamento indígena. "Acho que minha fazenda não é vizinha. Eu não sei", respondeu.

Lúcia vive no Paraná e cuida da fazenda há três anos, desde o adoecimento do pai. Na petição inicial, assinada pela advogada Luana Ruiz Silva, neta do pecuarista Pio Silva, os proprietários argumentam ser "público e notório o clima de animosidade e de insegurança na região". Lúcia, que relatou ao juiz viajar uma vez por mês para a fazenda - onde passa uma semana trabalhando na produção de cerca de 2400 cabeças de gado, afirma nunca ter visto um índio em sua propriedade, nem tem registro de indígenas que tivessem trabalhado em sua terra. Ainda segundo ela, também nunca houve conflito ou tensão social com os Guarani Kaiowá em sua propriedade. A pecuarista nunca presenciou nenhum tipo de conflito envolvendo indígenas, sobre os quais, segundo depoimento, só tem notícias através da imprensa.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 055 / 2013

Brasília, 05 de abril de 2013.

Apesar disso, Lúcia teme a ocupação da terra pelos indígenas. "Eu tenho muito receio de que eles invadam a fazenda Santa Rita. Eu tenho muito medo, [um medo que] vem do meu pai....", explicou ao juiz. Os proprietários possuem mais uma fazenda incidente na TI Iguatemipeguá I e entraram com segundo pedido de interdito proibitório, que ainda não foi apreciado pelo juiz.

Carta

No fim do ano passado, a comunidade de Pyelito divulgou uma carta afirmando a decisão de resistir em suas terras até as últimas consequências, o que despertou a atenção da opinião pública nacional e internacional. Cerca de 1.800 indígenas habitam o território identificado pelo estudo, que comprovou que aquele território é de ocupação tradicional das famílias Kaiowá dos tekoha – Pyelito Kue e Mbarakay.



Indígenas do Rio Juruá terão testes rápidos de HIV e hepatite

SÍTIO D24HORAS, 04.04.2013

Profissionais de saúde indígena dos municípios de Eirunepé, Itamarati, Envira, Carauari e Ipixuna participam, até sábado (6), da capacitação em testagem rápida de HIV, Sífilis e Hepatites B e C.

O objetivo da ação, que teve início nesta quarta-feira, é implantar o teste rápido na região do rio Juruá, permitindo que as populações indígenas e ribeirinhas tenham acesso ao diagnóstico precoce e ao tratamento dessas doenças. O curso será ministrado em Eirunepé, por profissionais do Distrito de Saúde Indígena de Tefé, sob a orientação da Coordenação Estadual de DST/Aids e Hepatites Virais, vinculada à Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado (FMT-HVD). A ação conta com o apoio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

A capacitação, conforme explica o secretário estadual de saúde, Wilson Alecrim, faz parte do processo de descentralização da testagem rápida dessas doenças para todo o Amazonas. Atualmente, 12 municípios amazonenses, incluindo a capital, já utilizam a nova metodologia. Ele frisa que a meta do Governo do Estado é implantar a técnica nos demais 50 municípios, ainda neste primeiro semestre.

Na área de saúde indígena, o treinamento será ministrado por profissionais que passaram por capacitação realizada recentemente pela Coordenação Estadual, em Manaus. Trata-se de multiplicadores, que estão promovendo novos treinamentos para outros profissionais de saúde. Na região do Juruá, onde há incidência, principalmente, de casos de hepatites virais, o curso inclui orientações sobre biossegurança, diretrizes sobre aconselhamento, aspectos éticos e legais da testagem, técnicas para utilização do teste rápido em população indígena, além da parte prática da realização dos exames no local.

De acordo com a coordenadora estadual de DST/Aids e Hepatites Virais, Silvana Lima, a partir da implantação da metodologia nestas localidades, os pacientes que tiverem diagnóstico positivo para HIV/Aids, Sífilis ou Hepatites B e C poderão fazer o acompanhamento clínico em unidades básicas de saúde dos municípios onde residem, Distritos de Saúde Indígena, ou nas unidades que contam com o Serviço de Atendimento Especializado em HIV/Aids, no interior, nos casos das pessoas vivendo com HIV/Aids. Nesta última situação, dependendo do nível de gravidade da doença, os pacientes poderão ser encaminhados, também, para a FMT-HVD, unidade de referência, no Estado, para tratamento da patologia. A diretora-presidente da FMT-HVD, Graça Alecrim, frisa que os esforços são para evitar o deslocamento até a capital.

No Amazonas, foram registrados mais de 11,2 mil casos de hepatites virais na série histórica de 2001 a 2012. Há maior incidência em Manaus com mais de 6 mil casos registrados, seguida pelo município de Eirunepé, com 804 casos confirmados. Ainda nesta série histórica, houve registro de 73 mortes nos municípios de Eirunepé, Carauari e Ipixuna, em decorrência das complicações das hepatites virais.



GEA articula inauguração de escolas nas aldeias durante o "Abril Indígena"

SÍTIO UOL, 04.04.2013

O governo do Estado, através da Secretaria de Infraestrutura (Seinf) quer aproveitar o movimento "Abril Indígena" que está ocorrendo em todo o país para entregar várias escolas que estão sendo construídas nas aldeias do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e no município de Oiapoque.

A intenção da inauguração foi discutida em uma reunião ocorrida no início da manhã desta quarta-feira, 3, no gabinete do Secretário da Seinf, Amiltom Lobato Coutinho e contou com a participação de representantes da Secretaria de Educação (Seed), Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (Sepi), Casa de Apoio à Saúde Indígena (Casai) e Companhia de Eletricidade do Amapá (Cea).

Dionízio dos Santos Caripuna, SEPI, disse que as reuniões para as inaugurações estão avançadas com possibilidade de aproveitar o "Abril Indígena" e inaugurar na Aldeia Santa Izabel, a escola Manoel Primo, antes do dia 19, data que se comemora o dia do índio.

Aldiere Orlando do Núcleo de Educação Indígena (NEI/SEED), disse que há uma expectativa muito grande por parte das comunidades indígenas na inauguração das escolas.

"O governo do Estado está de parabéns pelo que vem fazendo pelos povos indígenas em construir escolas com uma infraestrutura adequada à realidade de cada aldeia, gerando com isso, uma melhor qualidade no ensino aprendizagem indígena" acrescentou Aldiere.

O coordenador de Educação Específica da Seed, Jean Paulo Gomes, lembrou que o estado vem trabalhando em duas frentes de trabalho. No município de Laranjal do Jari, que compreende o Parque do Tumucumaque, com a construção de 20 escolas e no Oiapoque com a construção de oito escolas.

Jean Paulo confirmou que o Governo do Estado vem trabalhando sistematicamente para inaugurar durante o "Abril Indígena" as escolas das aldeias de Santa Izabel, Cumenê e Cumarumã.

O chefe de gabinete da Seinf, Edivan Barros, disse que durante a reunião foi discutido também a instalação de sistemas isolados de água e energia elétrica nas escolas que estão sendo construídas.

Também participaram da reunião, o Secretário da SEPI, Coaracy Maciel Gabriel, a Secretária de Apoio à Gestão da Seed, Lucia Furlan e os engenheiros da Cea, José Ribamar Neto e José Tadeu.



Temporal provoca destruição em comunidade indígena no RS

SÍTIO G1, 04.04.2013

O temporal que atingiu o Rio Grande do Sul no final da tarde desta quinta-feira (4) provocou grande destruição em uma comunidade indígena no município de Redentora, na Região Norte do estado. Uma parada de ônibus foi arrancada com o forte vento. Casas que estavam sendo construídas desabaram com a chuva.

Na região Sul do estado, o temporal provocou alagamentos em diversos bairros da cidade de Rio Grande na noite desta quinta-feira (4). A água invadiu algumas residências, segundo o Corpo de Bombeiros do município.

A situação não é muito diferente em Santa Maria, na região Central do Rio Grande do Sul. A previsão do tempo indica grandes possibilidades de chuva forte em todo o Rio Grande do Sul até o início da tarde de sexta-feira (5). Depois, a tendência é que o tempo melhore.



Indígena recorre à Justiça pelo direito de disputar vaga em concurso em MS
SÍTIO G1, 04.04.2013

Uma candidata indígena da etnia terena conseguiu, na Justiça, reverter a exclusão do concurso para oficial da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, que teve edital aberto em dezembro de 2012, com 20 vagas, e cota para negros (10%) e índios (3%). Mirna Greff Lili, 31 anos, diz que se inscreveu dentro das cotas, mas foi eliminada na segunda fase porque a reserva de vagas não existia.

A assessoria de imprensa da Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) afirmou ao G1, nesta quinta-feira (4), que entrou em contato com a Secretaria estadual de Administração (SAD), responsável pela organização do processo seletivo. Não foi informado pelo órgão o motivo da eliminação da candidata. Foi dito apenas que, apesar do mandado de segurança, o processo seletivo continua normalmente e não há problemas com o edital.

A candidata contou ter feito a inscrição como indígena e teve o cadastro confirmado dentro das cotas. Ela passou na prova escrita e no dia 8 de março foi chamada para fazer uma entrevista e conferência de documentos para comprovação da descendência indígena. Após o procedimento, o servidor que a atendeu disse que não haveria a reserva de vagas e não soube dizer se o nome dela constaria entre os selecionados para as próximas fases.

Foi explicado, conforme a candidata, que não havia vagas para indígenas, já que, conforme a lei estadual que rege os concursos públicos, apenas 3% das vagas são cotizadas para esse público.

No dia 18 de março, saiu a lista convocando os inscritos para o teste psicotécnico e o nome de Mirna não constava.

A norma em questão é o decreto 13.141 do dia 31 de março de 2011. Conforme o texto, na aplicação do percentual será desprezada a fração. No caso de Mirna, 3% de 20 corresponde a 0,6%, o que, ignorando-se a casa decimal, dá zero vaga.

Dessa forma, a indígena não seria convocada para as fases seguintes. Foi então que decidiu recorrer à Justiça. "Fui atrás dos meus direitos. Entrei em contato com um advogado e entramos com mandado de segurança".

O desembargador Mauro Moreira Marinho, da 4ª Seção Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ/MS), aceitou o pedido no dia 14 de março e determinou que a candidata continuasse na disputa.



Alepe apoia criação da categoria de professores indígenas no Estado

SÍTIO INTERJORNAL, 04.04.2013

A educação escolar indígena e a criação da categoria de professores indígenas em Pernambuco foram discutidas, ontem, durante audiência pública realizada pela Comissão de Educação e Cultura da Assembleia. A audiência faz parte da Programação Abril Indígena Pernambuco, evento que reuniu, durante três dias, cerca de mil índios, até ontem, no Campus da Universidade Federal de Pernambuco. Na pauta do encontro, os problemas nos setores de educação e saúde das comunidades e a busca de sugestões.

O evento reuniu parlamentares, índios de diversas tribos, representantes da Secretaria de Educação do Estado, do Ministério Público e de entidades relacionadas ao setor. A professora Edilene Pajeú comentou que, há três anos, o Conselho de Educação Escolar Indígena elaborou proposta para criar a categoria de professor indígena. O documento, entretanto, foi arquivado pela Secretaria de Educação. “

Só é possível regularizar a situação dos professores indígenas criando a categoria. Totalizamos mil docentes na situação de minicontratos que não garantem qualquer benefício. Para regularizar a situação, é preciso um concurso público”, opinou Edilene.

A promotora de Justiça da Vara da Educação Eleonora Rodrigues explicou que essa situação irregular levou o Estado a assinar o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), nº 01/08, junto ao Ministério Público Estadual. “O TAC teve o prazo esgotado, em dezembro de 2009. O documento estabelecia a realização de um concurso público específico para atender à demanda indígena. Entretanto, o acordo não foi cumprido. O Executivo tem se mostrado omissos em relação a essa matéria”, avaliou.

De acordo com a superintendente de Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Educação, Ana Paula Muhler, o processo relacionado à criação da categoria de professores indígenas não está parado. Uma comissão analisará o documento, que, hoje, “encontra-se na Secretaria de Administração”. “Brevemente, a Secretaria de Educação irá discutir o tema junto ao Sintepe”, frisou Ana Paula.

“A audiência foi bastante proveitosa para conhecermos a real situação. Agora, dependeremos do diálogo com o Governo. Encaminharemos a síntese da reunião aos secretários da Casa Civil e de Educação. O concurso público é fundamental. Também precisamos debater questões como a grade curricular, estrutura das escolas e transporte, a fim de que os direitos conquistados contribuam para qualidade do ensino”, ressaltou a presidente da Comissão de Educação e Cultura Teresa Leitão.

Os deputados Betinho Gomes (PSDB), Odacy Amorim e Manoel Santos, ambos do PT, foram favoráveis às reivindicações dos povos indígenas.



Índios criticam Lei de Cotas
SÍTIO INTERJORNAL, 04.04.2013

Índia, mulher e aos 24 anos, a pernambucana Marta Silva Santos sonha em cursar uma universidade federal. Por dois anos, tentou conquistar a desejada vaga. Sem sucesso, decidiu procurar financiamento público para estudar em uma instituição particular. O exemplo de Marta se repete entre os índios pernambucanos. Apesar da aprovação da Lei de Cotas, no ano passado, eles denunciavam que o programa não atende a população como deveria.

A lei define que 50% das vagas das universidades federais devem ser ocupadas por alunos do ensino médio das escolas públicas. Dessas, 25% são para quem têm renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e outros 25% são para negros, pardos ou índios. No vestibular 2013, a UFPE ofereceu 6.501 vagas e, dessas, 1.083 para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas. A instituição, no entanto, ainda não dispõe de dados precisos sobre o perfil do público cotista beneficiado.

André Lázaro, da Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), questiona a eficácia das cotas para índios. "Quando somados, pretos e pardos no país são 51% da população, e os índios representam apenas 0,4%, o que torna a disputa pela vaga desproporcional", afirmou. Edileuza Bezerra, 38, da aldeia Truká, defende que os povos indígenas deveriam ter universidades direcionadas somente para eles, a exemplo do que já existe na Universidade de Brasília (UNB). "Sabemos de casos no país de pessoas que se passaram por índios na seleção", diz.

Ontem, representantes de 12 aldeias do estado fizeram uma caminhada até a Assembléia Legislativa, onde participaram de uma audiência pública para discutir outro problema: o concurso para professores indígenas que nunca foi executado. A ação encerrou o Abril Indígena, encontro que aconteceu na UFPE.



Boletim de Notícias - Edição nº 055 / 2013

Brasília, 05 de abril de 2013.

Índios pedem concurso para professores indígenas

SÍTIO UOL, 04.04.2013

Cerca de 1200 índios de três etnias do Agreste e do Sertão de Pernambuco realizaram protesto na Assembleia Legislativa, nessa quarta-feira (3). Os indígenas pedem concurso público para preenchimento das vagas de professor nas escolas das aldeias. Fazendo coro a manifestações que têm ocorrido em todo o Brasil, eles também pediram o afastamento do pastor Marcos Feliciano da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

A Superintendente de Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Educação, Ana Paula Muhlert, informou que o processo para a criação da carreira de professores indígenas está em andamento na Secretaria de Administração do Estado.



Militar vincula presidente guatemalteco a massacres de indígenas

SÍTIO TERRA, 04.04.2013

Um militar reformado vinculou nesta quinta-feira o presidente da Guatemala, general da reserva Otto Pérez, a massacres de indígenas praticados entre 1982 e 1983, ao depor por videoconferência no julgamento por genocídio do ex-ditador Efraín Ríos Montt.

"Por ordem do (então) major Tito, conhecido como Otto Pérez Molina, e outros oficiais coordenaram a queima e o saque das pessoas para depois executá-la" na aldeia Xalbal (norte), afirmou o especialista e ex-membro do corpo de engenheiros, Hugo Leonardo Reyes.

"As pessoas que estavam em Xalbal (norte) não andavam nas montanhas, foram capturadas em suas casas" e depois levadas à sede do corpo de engenheiros desta região, onde "foram executá-las", afirmou a testemunha na videoconferência, acompanhada por jornalistas da AFP.

Leonardo Reyes é uma testemunha protegida pela promotoria, razão pela qual foi autorizado a depor por videoconferência no mesmo edifício judicial, mas em um recinto diferente à sala onde era celebrado o debate do julgamento contra Ríos Montt.

O porta-voz presidencial, Francisco Cuevas, negou "sonoramente o que está dizendo esta pessoa, mas devo reconhecer que há liberdade de expressão, mas o presidente Pérez nunca participou destes fatos, nunca foi documentado", assegurou.

"Consideramos que este caso pode ter alguma carga política de desprestígio (...), não vamos entrar em campos da suposição ou das hipóteses", afirmou Cuevas, indicando que o presidente não se pronunciará a respeito.

A testemunha assegurou que em outros três destacamentos instalados nesta região durante a guerra (1960-1996) também foram mortos indígenas.

Nenhuma fonte do governo reagiu a esta acusação, embora em outras ocasiões o presidente foi vinculado a violações dos direitos humanos durante a guerra.

Pérez foi inclusive acusado do desaparecimento de um ex-guerrilheiro, mas seu caso foi encerrado no começo deste ano.

O presidente negou que tenha sido cometido genocídio no país durante o conflito armado, que deixou 200.000 vítimas entre mortos e desaparecidos, algo que causou mal-estar em organizações de direitos humanos e parentes das vítimas.

Ríos Montt e o ex-chefe de inteligência militar José Rodríguez são julgados pelo massacre de 1.771 indígenas maias ixiles, ocorrida entre 1982 e 1983, no período mais sangrento da guerra que a Guatemala viveu durante 36 anos. O processo, iniciado em 19 de março passado e previsto para durar dois meses, concluiu nesta quinta-feira sua décima rodada.



Inkra autoriza elaboração de relatórios antropológicos em comunidades quilombolas
SÍTIO TOP, 04.04.2013

O Superintendente do Incra no Maranhão, José Inácio Sodré Rodrigues assinou ordens de serviço autorizando o início dos trabalhos de elaboração de relatórios antropológicos em dez comunidades remanescentes de quilombos situadas em oito municípios. A assinatura das ordens de serviço para a contratação dos relatórios antropológicos é mais um etapa do processo licitatório lançado em todo o país para a contratação de empresas destinadas a fazer este trabalho. Dos 158 relatórios antropológicos que devem ser contratados através deste procedimento 34 são destinados ao Maranhão onde existe uma grande quantidade de comunidades quilombolas.

Uma das empresas que irá realizar o trabalho é a Ecodimensão. Ano passado ela também assinou contrato para elaboração relatórios antropológicos nas comunidades de realização dos relatórios antropológicos nas comunidades de Oiteiro dos Nogueiras e Santana /São Patrício, em Itapecuru-Mirim; Juquiri/São Raimundo, em Santa Luzia em Santa Rita; e Retiro/São João da Mata, em Anajatuba.

Na última segunda feira (1º), a Ecodimensão assinou contrato para a realização dos relatórios antropológicos das comunidades quilombolas de São Pedro e Santarém no município de São Luís Gonzaga; Marmorana/Boa Hora no município de Alto Alegre, Piratininga no município de Bacabal; Santa Maria e Camaputiua no município de Cajari, Gapó no município de Penalva; Tanque Valença no município de Matinha; Na terça-feira, dia 02 de abril a empresa Demacap assinou contrato para a elaboração de relatórios antropológicos nas comunidades de Miranda do Rosário e Passaindu/Reforma no município de Rosário e Jussatuba no município de São José de Ribamar.

José Inácio Rodrigues ressaltou que um dos compromissos assumidos pela Superintendência Regional do Incra no Maranhão junto aos quilombolas foi implementar a elaboração dos relatórios antropológicos e isto está sendo providenciado. "Iniciamos o ano colocando esta questão como uma das prioridades, pois entendemos a situação das comunidades quilombolas e não estamos medindo esforços para atender as reivindicações destas comunidades", ressaltou. Ele acrescenta que um total de 27 processos de elaboração de relatórios antropológicos em comunidades quilombolas já estão em andamento e o setor responsável por esta questão já recebeu três antropólogos, aprovados no último concurso do Incra. Isto deve reforçar a estrutura de pessoal do setor de Quilombolas aumentando a agilidade na tramitação dos processos relacionados a este assunto.

Cada relatório deve conter um amplo levantamento sobre os aspectos históricos, econômicos, socioculturais e ambientais das áreas de comunidades quilombolas e o prazo para entrega é de seis meses. Os relatórios antropológicos são documentos indispensáveis a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que integra o processo para a titulação de um território quilombola.



Gritos por liberdade ecoam nos quilombos do MA, por Gerson Souza

SÍTIO VERMELHO, 04.04.2013

Ainda em termos relativos o município de Serrano do Maranhão com 94,8% das pessoas auto declaradas pretas e pardas, é o município brasileiro com maior percentual de negros.

Embora a população negra esteja distribuída por todo o estado do Maranhão, reside em maior densidade em áreas banhadas pelas bacias do Itapecuru, Mearim e Munim e pelas baías e estuários das Reentrâncias Maranhenses. Esses foram os destinos da maioria dos negros trazidos da África e vendidos como escravos para trabalharem nas plantações de algodão, nos engenhos de cana de açúcar e no comércio e serviços da capital.

A luta dos negros no Maranhão por liberdade, assim como em todo o Brasil, teve início desde a chegada dos primeiros africanos escravizados. Capítulo importante nessa luta foi, sem dúvida, a fuga das senzalas para locais onde pudessem, livres dos grilhões, se organizar em comunidades, e assim, construir as condições de sobrevivência longe dos seus algozes. É importante destacar a figura do Negro Cosme pela sua preocupação com a educação: é dele a primeira iniciativa (registrada) da criação de uma escola no quilombo, em Lagoa Amarela, hoje pertencente ao município de Chapadinha. Mas, principalmente pela sagacidade de, sabedor da dificuldade de sucesso de uma luta organizada a partir do quilombo, ter aproveitado para engrossar as fileiras da Balaiada, somando aos interesses dos populares das cidades e aos dos vaqueiros as reivindicações quilombolas.

Com a abolição e, em muitos casos, após a falência das grandes plantações de algodão na segunda metade do século 19, parcela significativa dessa população permaneceu nos quilombos rurais ou no interior desses grandes latifúndios falidos. Na segunda metade do século 20 muitos foram expulsos pelo processo de grilagem migrando para quilombos urbanos na periferia de São Luís e de outros municípios grandes e médios do interior do estado. Confinados aos Quilombos (rurais ou urbanos) nos quais é quase imperceptível a presença do estado, os negros maranhenses vivem em condições ainda muito difíceis, mesmo após os programas sociais dos governos progressistas dos presidentes Lula e Dilma.

Segundo todos os indicadores socioeconômicos, negros/as ganham menos para as mesmas funções, padecem das piores condições de vida e estão ausentes dos espaços de poder. Ao mesmo tempo essa população, em especial a juventude, é a principal vítima da política de segurança pública do estado, que encarcera, tortura e mata, em uma absurda proporção... Morrem duas vezes e meia mais negros do que brancos no Brasil. (Mapa da Violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil).

Esses dados nacionais, quando somados ao rosário de índices negativos que recheiam as estatísticas sobre o Maranhão colocando-o em último ou penúltimo lugar em: índice de desenvolvimento humano, renda per capita, analfabetismo, pessoas abaixo da linha da miséria, dentre outros, confirmam a estreita relação entre degradação social e a cor da pele, entre desigualdade racial e desigualdade social.

CONT.



Assim, o estado com uma das maiores populações negras do País é também o que tem os piores índices sociais. Ainda não conseguiu se livrar da triste realidade expressa pelo acelerado enriquecimento da antiga elite escravocrata transformada em moderna sócia do grande capital. Elite detentora de gigantescas fortunas depositadas nos paraísos fiscais de além-mar e, ao mesmo tempo, mantenedora do coronelato feudal como regra basilar das relações sociais. Que impõe aos antigos escravos a condição de servos através de uma extensa rede de compadrio. Se já não é possível mantê-los nas senzalas, os mantém presos a currais eleitorais comandados por sub-coronéis distribuídos por todas as regiões do Estado e ligados, tal marionetes, ao coronel mor e sua família.

Entendemos que o racismo no Brasil não pode ser considerado apenas como mazela residual do período escravista, pois é um instrumento cotidianamente renovado pelo capitalismo como forma de ampliar a exploração das elites sobre a maioria do povo. No Maranhão, estado com altos índices de desigualdade social, a imensa dívida para com os afrodescendentes tem sido agudizada pelo domínio de cinco décadas do mesmo consórcio oligarca. Portanto, a luta contra o racismo deve estar ligada à luta travada por maranhenses de todas as etnias pela conquista de um Maranhão no qual sejam dadas a todos as condições de vida dignas. Assim, a exemplo do que fez Cosme Bento, o Movimento Negro no Maranhão deve somar-se aos que, atendendo os anseios populares, dialogam pelo Maranhão na luta pelo fim da Oligarquia e por melhores dias para o nosso povo.